

Demonstrações Financeiras 2022/2
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento
Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo -
Sicredi Fronteiras PR/SC/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 10/03/2023, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Fabio Junior Camera
Diretor Executivo
CPF: 025.334.169-83

Rodrigo Lazzarini
Diretor de Operações
CPF: 005.626.829-70

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Fronteiras do Paraná, Santa
Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
Capanema - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 07 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Nossa Cooperativa acredita nos diferenciais da instituição financeira cooperativa: proximidade e relacionamento com os associados. O crescimento da Cooperativa se deve às iniciativas colocadas em prática pelos mais de 600 colaboradores que se esforçam todos os dias para entender as necessidades dos associados.

Neste ano, aumentamos a presença no estado de São Paulo, inaugurando mais quatro agências nos municípios de Bom Jesus dos Perdões, Pinhalzinho, Morungaba e Jundiá. E para oferecer ainda mais conforto aos associados, foram reinauguradas as agências de São José do Cedro/SC e Barracão/PR.

Reconhecer e incentivar práticas sustentáveis são alguns de nossos princípios. Em 2022 houve o lançamento do Comitê de Sustentabilidade na Cooperativa, que é composto por 10 membros efetivos e 10 suplentes, todos colaboradores de diferentes áreas. Serão eles que irão assegurar um bom fluxo de informações sobre aspectos econômico, financeiros, socioambientais e de governança relacionados aos negócios, sendo um mecanismo de assessoramento ao Conselho de Administração.

A sustentabilidade no Sicredi é a gestão do negócio com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os impactos adversos e gerando valor para os associados, colaboradores, comunidades e demais partes interessadas. A Cooperativa, através dos membros buscam gerar transformações positivas em termos econômicos, sociais e ambientais na vida dos associados e comunidades em que atua, contribuindo para a construção de uma sociedade mais próspera.

No eixo da inovação, trabalhamos com cinco equipes de colaboradores com o mesmo objetivo: Encontrar solução para esses questionamentos: Como obter a principalidade e trabalhar a centralidade dos nossos associados? Assim foi o Hackathon da Sicredi Fronteiras. Após 16 horas de evento, guiados pelo professor Rafael Balan Zápia, Diretor de Programas Customizados na HSM e professor do ISAE. Foram 56 projetos inovadores e 16 incrementais apresentados pelas equipes que passarão por um estudo de viabilidade de implementação.

Usamos tecnologias para sermos mais humanos. Automatizamos e otimizamos mais de 20.000 horas de tarefas operacionais e repetitivas, disponibilizando estas horas aos colaboradores para serem mais humanos, utilizando este tempo na jornada de experiência e relacionamento com nossos associados, e oportunizando foco em atividades mais importantes como gestão e estratégia.

Realizamos ainda, o primeiro encontro dos jornalistas e formadores de opinião. O evento aconteceu em dois locais: Jundiaí/SP e Capanema/PR, cidade sede da Cooperativa. A solenidade teve como objetivo estreitar o relacionamento e fortalecer a parceria com a imprensa regional, apresentar o sistema Sicredi, bem como a Sicredi Fronteiras e as ações implementadas pela Cooperativa, que impactam diretamente nas comunidades. Mais de 70 veículos de comunicação participaram desta edição do encontro.

Somos grandes apoiadores do Comércio Local. Através da presença e do patrocínio da Sicredi Fronteiras nas maiores Feiras e Exposições da região que atuamos, fortalecemos a nossa marca e auxiliamos no crescimento dos municípios e das empresas, agronegócio e agroindústrias, independentemente do seu porte.

Há 30 anos nossa Cooperativa realiza o planejamento estratégico de curto e longo prazo de forma independente. Ao longo desses anos, adquirimos experiência e iniciativas para garantir o monitoramento e cumprimento dos objetivos estratégicos associados ao plano orçamentário. Pensando em aprimorar o Planejamento Estratégico, buscamos a Consultoria Litz que, na figura do professor Mario Nei Paccagnan, trouxe metodologias literárias e a oportunidade da Sicredi Fronteiras ousar em um desafio estratégico intitulado “Missão 30”.

A Litz ajudou a Cooperativa a desenvolver um modelo de governança e de gestão integrada da estratégia, com intuito de garantir o alcance do desafio e dos resultados voltados à sociedade. Trabalhamos uma metodologia utilizada no Vale do Silício, onde basicamente definiu-se objetivos qualitativos medidos por resultados-chaves quantitativos. Esses objetivos estão todos vinculados ao Mapa Estratégico, que traduziu a missão e a estratégia da Cooperativa em um conjunto abrangente de medidas de desempenho que servem de base para a gestão estratégica.

O presidente da Cooperativa, José César Wunsch, juntamente com o diretor executivo, Fábio Junior Câmera realizaram, em 2022, um giro em todas as agências pertencentes à Cooperativa. Na ocasião, foi trabalhado com as equipes, as diretrizes do Mapa Estratégico, ligado às competências e o inspiracional 2030 do Sicredi, aproveitando o momento para estar mais próximo às lideranças do município, também interagindo com a imprensa, visitando aos associados e as associações comerciais.

O nosso quadro de associados teve uma alta significativa. Cooperamos com o crescimento do número de cooperados do nosso sistema, aumentando em mais de 8 mil associados no ano de 2022.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

Comitês Mulher e Jovem: buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo. Em nossa Cooperativa, fornecemos várias formações, com diversos palestrantes renomados para os 104 membros do Comitê Jovem e 116 membros do Comitê Mulher, fomentando o protagonismo, para que eles possam cada vez mais assumir novos papéis dentro da Sicredi Fronteiras e também na comunidade.

Programa Pertencer: buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios. Neste ano, batemos o recorde de participação. Mais de 16 mil associados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, estiveram presentes na assembleia da Cooperativa, que ocorreu em formato digital, de forma transparente e seguindo o interesse do quadro social.

Programa a União faz a Vida: buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 26 anos de existência, o programa já impactou mais de 3,7 milhões de crianças e adolescentes em 520 municípios. Na Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, pioneira no estado do Paraná com o Programa A União Faz a Vida, houve no ano de 2022, mais de 260 projetos desenvolvidos pelas redes de ensino dos municípios de Capanema (PR), Santo Antônio do Sudoeste (PR), Capitão Leônidas Marques (PR) e Itupeva (SP), sendo que, em todos eles, foram realizadas três assessorias pedagógicas durante o ano, e diversas formações continuadas, proporcionando momentos de formação com os professores.

Programa Crescer: buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.

As ações de responsabilidade social também movimentaram a Cooperativa que, durante a campanha do Dia C, promoveu o voluntariado dos colaboradores e parceiros. Por isso, preparamos um dia especialmente para as crianças, envolvendo 38 agências. Neste momento, houve pintura facial, disponibilização de brinquedos infláveis, balões e lanches. Essa ação gerou impacto na comunidade onde a nossa Cooperativa está inserida.

A Campanha Inverno Cooperativo, realizada todo o ano, possui o intuito de garantir que o maior número possível de pessoas passe, de forma digna, pela estação mais fria do ano. Para que isso ocorra, o engajamento dos associados, colaboradores e comunidade em geral foi necessário. Desta forma, disponibilizamos caixas nas agências e comércios parceiros, para arrecadação de alimentos, peças de roupas, cobertores e calçados.

Elaborado pela Sicredi Fronteiras em 2017, o Programa Escrevendo com o Sicredi tornou-se referência nas regiões que atuamos no que diz respeito a educação, formação e informação. Através deste concurso, crianças e adolescentes do 5º e 9º ano das escolas municipais e estaduais de Ampére, Realeza e Planalto, no Paraná, aumentam seu vocabulário através da leitura e aprendem sobre Cooperativismo e Educação Financeira, com os Gibis da Turma da Mônica fornecidos pela Cooperativa.

Abraçamos a ideia de que a educação financeira é uma das bases para gerar impacto positivo na sociedade, e diante disso, a trabalhamos intensamente no Programa Cooperação na Ponta do Lápis. Composto por ações planejadas de modo que atendam necessidades de jovens, crianças e adultos, a iniciativa busca levar educação financeira para as regiões em que atuamos, apoiando diretamente os associados e as comunidades locais. As atividades foram conduzidas pelos voluntários das 41 agências no Paraná, Santa Catarina e São Paulo e também membros do Comitê Mulher e Comitê Jovem. Eles foram para escolas, empresas e associações, entre outras atividades, e usaram esses momentos para realização de oficinas gratuitas de planejamento, orçamento e dicas de educação financeira adaptadas à realidade de cada público.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		2.909.966	2.146.030	PASSIVO		2.577.702	1.865.217
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	12.959	12.895	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.516.106	1.169.674
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.920.039	2.137.644	Depósitos à vista		392.106	354.804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	108.530	38.280	Depósitos interfinanceiros		157.096	126.012
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	618.529	253.175	Depósitos a prazo		966.904	688.858
Centralização financeira	(Nota 04)	108.223	224.440	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		913.797	587.715
Relações interfinanceiras ativas		515	458	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	859.773	568.464
Operações de crédito	(Nota 07)	1.971.453	1.542.231	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	9.840	12.176
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	112.789	79.060	Obrigações por repasses	(Nota 14)	569	1.801
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(80.816)	(51.773)	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	43.615	5.274
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	8.953	5.926	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	910	1.170
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	42.689	34.923	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	146.889	106.658
INTANGÍVEL	(Nota 10)	6.142	6.415				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	332.264	280.813
				CAPITAL SOCIAL		75.223	72.202
				RESERVAS DE SOBRAS		239.496	192.751
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		17.545	15.860
TOTAL DO ATIVO		2.909.966	2.146.030	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.909.966	2.146.030

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	214.467	376.644	196.667
Operações de crédito (Nota 07)	168.753	305.380	177.106
Resultado de títulos e valores mobiliários	28.648	42.010	9.888
Resultado das aplicações compulsórias	118	187	48
Ingressos de depósitos intercooperativos	16.948	29.067	9.625
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(125.999)	(207.326)	(69.280)
Operações de captação no mercado (Nota 21)	(66.739)	(111.026)	(30.921)
Operações de empréstimos e repasses	(29.907)	(47.901)	(17.388)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(29.352)	(48.399)	(20.971)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.468	169.318	127.387
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(46.402)	(84.916)	(62.695)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	30.910	58.940	51.923
Rendas de tarifas bancárias	8.488	15.772	13.877
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(40.504)	(74.828)	(60.303)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(32.907)	(62.041)	(49.620)
Dispêndios e despesas tributárias	(275)	(611)	(649)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	9.888	16.988	11.454
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(22.002)	(39.136)	(29.377)
RESULTADO OPERACIONAL	42.066	84.402	64.692
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	42.066	84.402	64.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	103	-	-
Provisão para Imposto de Renda	63	-	-
Provisão para Contribuição Social	40	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(5.900)	(11.852)	(9.810)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	36.269	72.550	54.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	66.558	125.631	80.548
Resultado do semestre/exercício	36.269	72.550	54.882
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	30.289	53.081	25.666
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29.352	48.399	20.971
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(7)	(7)	(73)
Depreciação e amortização	4.029	7.721	7.277
Baixas do ativo permanente	88	152	109
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(249)	(260)	26
Destinações ao FATES	(2.924)	(2.924)	(2.644)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	112.354	96.435	(136.057)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(64.243)	(70.250)	(9.703)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(7.478)	(60.676)	(47.486)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	15.782	(57)	(64)
(Aumento) em operações de crédito	(338.351)	(448.578)	(495.521)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	184.820	291.309	245.656
(Aumento) em outros ativos financeiros	(19.655)	(33.729)	(31.744)
(Aumento) em outros ativos	(1.202)	(3.020)	(904)
Aumento em depósitos	275.905	346.432	166.467
Aumento (Redução) em passivos financeiros	37.229	38.341	(545)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.814)	(3.568)	(1.435)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.781)	(3.120)	(1.414)
Aumento em outros passivos	33.142	43.351	40.636
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	178.912	222.066	(55.509)
Aquisição de imobilizado de uso	(9.697)	(13.397)	(4.117)
Aplicações no intangível	(1.367)	(1.969)	(1.894)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(11.064)	(15.366)	(6.011)
Integralização de capital	664	1.380	1.217
Baixa de capital	(1.306)	(3.612)	(4.083)
Juros ao capital próprio	(83)	(83)	(42)
Distribuição de Sobras	-	(15.860)	(10.548)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(725)	(18.175)	(13.456)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	167.123	188.525	(74.976)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	436.008	414.606	489.582
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	603.131	603.131	414.606

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP**

CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	73.094	158.389	10.548	242.031
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(10.398)	(10.398)
Outras destinações	-	-	(150)	(150)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.217	-	-	1.217
Baixas de capital	(4.083)	-	-	(4.083)
Resultado do exercício	-	-	54.882	54.882
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.644)	(2.644)
Juros sobre o capital próprio	1.974	-	(2.016)	(42)
Reserva legal - Estatutária	-	34.362	(34.362)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	72.202	192.751	15.860	280.813
Mutações do Exercício	(892)	34.362	5.312	38.782
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	72.202	192.751	15.860	280.813
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(15.625)	(15.625)
Outras destinações	-	-	(235)	(235)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.380	-	-	1.380
Baixas de capital	(3.612)	-	-	(3.612)
Resultado do exercício	-	-	72.550	72.550
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.924)	(2.924)
Juros sobre o capital próprio	5.253	-	(5.336)	(83)
Reserva legal - Estatutária	-	38.013	(38.013)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	8.732	(8.732)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	75.223	239.496	17.545	332.264
Mutações do Exercício	3.021	46.745	1.685	51.451
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	70.613	192.751	36.281	299.645
Destinação resultado exercício anterior				
Capital de associados				
Aumento de capital	664	-	-	664
Baixas de capital	(1.307)	-	-	(1.307)
Resultado do semestre	-	-	36.269	36.269
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.924)	(2.924)
Juros sobre o capital próprio	5.253	-	(5.336)	(83)
Reserva legal - Estatutária	-	38.013	(38.013)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	8.732	(8.732)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	75.223	239.496	17.545	332.264
Mutações do Semestre	4.610	46.745	(18.736)	32.619

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	36.269	72.550	54.882
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	36.269	72.550	54.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 29/12/1990 e sede situada na Rua Tamoios, 1567, na cidade de Capanema - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 41 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de Março de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.192 (2021 - R\$ 1.606) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	12.959	12.895
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	481.949	177.271
Centralização financeira	108.223	224.440
Total	603.131	414.606

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.974	49.105	51.079	38.280
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	57.451	57.451	-
Total	-	1.974	106.556	108.530	38.280
Total circulante				1.974	1.686
Total não circulante				106.556	36.594

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	3.716	57.847	15.714	77.277	38.327
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	481.949	-	-	481.949	177.271
Participações de Cooperativas	-	-	59.303	59.303	37.577
Total	485.665	57.847	75.017	618.529	253.175
Total circulante					543.512
Total não circulante					75.017

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	19.117	19.117
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	40.184	18.457
Outros	-	1
Total	59.303	37.577

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	6.200.214 ON 12.917.120 PN	6.200.214 ON 12.917.120 PN	2 Quotas	2 Quotas	40.184.159 Quotas	18.457.056 Quotas
Percentual de participação	0,60%	0,91%	1,24%	1,24%	5,11%	5,08%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	786.243	363.323
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	787.743	364.897
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	-	-
Valor das participações das cooperativas	19.117	19.117	2	2	40.184	18.457

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	15.886	203.353	281.033	593.593	1.093.865
Financiamentos	368	19.096	49.494	108.588	177.546
Financiamentos rurais e agroindustriais	488	41.145	449.113	209.296	700.042
Total das operações de crédito	16.742	263.594	779.640	911.477	1.971.453
Avais e fianças honrados (Nota 08)	201	3	10	68	282
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	287	1.047	344	1.678
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	74.465	27.120	203	101.788
Total de outros créditos	201	74.755	28.177	615	103.748
Carteira total	16.943	338.349	807.817	912.092	2.075.201
Total circulante					1.163.109
Total não circulante					912.092

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	37.724	69.443	-	-
A	0,50	705.238	727.449	3.525	3.632
B	1,00	941.894	604.726	9.416	6.041
C	3,00	234.493	129.745	7.032	3.891
D	10,00	72.266	30.302	7.226	3.030
E	30,00	29.000	15.025	8.699	4.508
F	50,00	12.803	7.460	6.398	3.718
G	70,00	10.877	7.202	7.614	5.042
H	100,00	30.906	21.911	30.906	21.911
Total		2.075.201	1.613.263	80.816	51.773

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 405.707 (dezembro de 2021 - R\$ 313.090) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 4.882 (dezembro de 2021 - R\$ 3.843) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	10.103	125.595	127.279	235.671	498.648	400.439
Rural	488	41.145	449.113	209.296	700.042	471.135
Industrial	434	25.251	26.781	55.063	107.529	91.027
Comércio	3.129	80.741	110.867	212.104	406.841	355.815
Pessoas jurídicas	2.789	65.617	93.777	199.958	362.141	294.847
Total	16.943	338.349	807.817	912.092	2.075.201	1.613.263

Total circulante	1.163.109	792.390
Total não circulante	912.092	820.873

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	84.705	4,08	83.481	5,17
50 devedores seguintes	179.973	8,67	162.069	10,05
100 devedores seguintes	181.130	8,73	158.825	9,84
Demais	1.629.393	78,52	1.208.888	74,94
Total	2.075.201	100,00	1.613.263	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	60.242	51.773	41.657
Constituição de provisão	50.242	83.762	47.739
Reversão de provisão	(20.890)	(35.363)	(26.768)
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.778)	(19.356)	(10.855)
Saldo final	80.816	80.816	51.773

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	126.969	230.718	130.938
Financiamentos	16.315	29.697	18.056
Financiamentos rurais e agroindustriais	20.677	34.779	18.413
Outros	53	107	98
Subtotal	164.014	295.301	167.505
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.739	10.079	9.601
Total	168.753	305.380	177.106

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 57.432 (2021 - R\$ 27.697).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	101.788	69.933
Rendas a receber	3.912	2.458
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.678	739
Avais e fianças honrados (Nota 07)	282	360
Transações com cartão de crédito	4.761	5.174
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	368	396
Total	112.789	79.060

Total circulante	111.806	78.275
Total não circulante	983	785

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	1.769	2.614
Adiantamentos e antecipações salariais	325	333
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.667	8
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.082	1.058
DI a repassar - Central	2.065	492
Impostos e contribuições a compensar	620	610
Pendências a regularizar	169	563
Portabilidades	-	34
Valores em análise pela SFG	10	24
Outros	377	136
Total circulante	8.084	5.872
Outros valores e bens	869	54
Total não circulante	869	54
Total	8.953	5.926

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	2.125	2.359
Imóveis	1.759	2.306
Veículos e afins	188	3
Máquinas e equipamentos	178	50
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(18)	(25)
Material em estoque	205	127
Despesas antecipadas	326	207
Total	2.638	2.668

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(25)	(98)
Constituição de provisão	-	(5)
Reversão de provisão	7	78
Saldo final	(18)	(25)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	69.721	(27.032)	42.689	34.923
Móveis e equipamentos em estoque	-	254	-	254	-
Imobilizações em curso	-	184	-	184	897
Terrenos	-	730	-	730	730
Edificações	4%	11.912	(1.970)	9.942	10.384
Instalações	10%	2.033	(484)	1.549	568
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	15.787	(5.659)	10.128	6.562
Móveis e equipamentos	10%	20.071	(7.588)	12.483	9.648
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	4.140	(1.148)	2.992	1.673
Equipamentos de processamento de dados	20%	13.154	(9.221)	3.933	3.697
Veículos	20%	1.456	(962)	494	764
Intangível		22.836	(16.694)	6.142	6.415
Investimentos Confederação	20%	22.836	(16.694)	6.142	6.415

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	392.106	-	-	392.106	354.804
Depósitos interfinanceiros	59.379	47.473	50.244	157.096	126.012
Depósitos a prazo	50.221	79.790	836.893	966.904	688.858
Total	501.706	127.263	887.137	1.516.106	1.169.674

Total circulante	628.969	495.552
Total não circulante	887.137	674.122

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	859.773	568.459
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	5
Total	859.773	568.464

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	45.572	507.024	213.040	765.636	515.682
Total - Recursos do Crédito Rural	45.572	507.024	213.040	765.636	515.682
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	110	65	628	803	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.630	33.244	58.460	93.334	52.777
Total - Outros Recursos	1.740	33.309	59.088	94.137	52.777

Total	47.312	540.333	272.128	859.773	568.459
--------------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Total circulante	587.645	312.107
Total não circulante	272.128	256.352

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,4% a.a. com vencimentos até 15/12/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.665	7.175	9.840	12.176
Total	-	2.665	7.175	9.840	12.176

Total circulante	2.665	2.002
Total não circulante	7.175	10.174

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	305	264	-	569	1.801
Total	305	264	-	569	1.801

Total circulante	569	1.229
Total não circulante	-	572

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.265	990
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	1.927	-
Recursos em trânsito de terceiros	1.806	1.431
Total circulante	4.998	2.421

Provisão para garantias financeiras prestadas	3.617	2.853
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	35.000	-
Total não circulante	38.617	2.853

Total	43.615	5.274
--------------	---------------	--------------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	524	565
Cível	Provável	386	605
Total não circulante		910	1.170

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	565	-	(41)	524
Cível	605	116	(335)	386
Total não circulante	1.170	116	(376)	910

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía 82 processos de natureza cível, 4 processos de natureza tributária e 8 processos de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 4.052, R\$ 564 e R\$ 378 (dezembro de 2021 - R\$ 3.802, R\$ 1.281 e R\$ 585), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 368 (dezembro de 2021 - R\$ 396), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	106.644	72.700
Provisão para pagamentos a efetuar	8.660	6.880
Cotas de capital a pagar	7.392	6.509
Provisão para participações nos lucros	12.051	10.095
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.924	3.118
Impostos e contribuições a recolher	2.853	2.007
Credores diversos	4.747	4.852
Cheques administrativos	730	45
Cobrança e arrecadação de tributos	589	418
Pendências a regularizar	299	34
Total	146.889	106.658
Total circulante	146.889	106.658
Total não circulante	-	-

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	75.223	72.202
Total de associados	94.080	85.188

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação de capital social foi de R\$ 3.021 (dezembro de 2021 – R\$ -892), sendo R\$ 5.253 (dezembro de 2021 – R\$ 1.974) via integralização de resultados e R\$ 1.380 (dezembro de 2021 – R\$ 1.217), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.612 (dezembro de 2021 – R\$ 4.083).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.336 (dezembro de 2021 – R\$ 2.016), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	84.402	64.692
Participação nas sobras	(11.852)	(9.810)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	72.550	54.882
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(29.746)	(24.701)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	29.257	23.979
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.188	907
Demais adições e exclusões previstas na legislação	200	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	108.530	38.280
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	618.529	253.175
Centralização financeira (Nota 04)	108.223	224.440
Outros ativos financeiros (Nota 08)	3.094	2.154
Outros ativos (Nota 09)	3.147	1.550
Intangível (Nota 10)	6.142	6.415
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	157.096	126.012
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	859.773	568.459
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	9.840	12.176
Outros passivos (Nota 17)	101.125	69.018
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	36.927	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	42.010	9.888
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	19.366	19.217
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	2.097	596
Ingressos de depósitos intercooperativos	29.067	9.625
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	19.274	5.004
Operações de empréstimos e repasses	47.856	17.296
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	3.994	3.000
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	22.691	17.103

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	116	0,03%	172
Depósitos a prazo	704	0,07%	1.927
Operações de crédito	2.288	0,12%	1.804

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	6.793	6.287

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	9.844	17.347	5.004
Depósitos de aviso prévio	112	225	98
Depósitos a prazo	53.878	89.752	24.401
Dívida subordinada	1.927	1.927	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	978	1.775	1.418
Total	66.739	111.026	30.921

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	8.263	15.290	11.487
Cobrança	3.777	7.401	6.725
Comissões	27	27	45
Consórcios	1.465	2.659	1.729
Convênios	876	1.777	1.761
Distribuição de produtos e serviços bancários	9.397	18.869	18.778
Processamento da compensação	52	101	139
Seguros	4.494	8.208	7.410
Taxas e tarifas	1.870	3.399	2.431
Serviços de pagamento	3	3	-
Antecipação de recebíveis	507	835	1.025
Outros serviços	179	371	393
Total	30.910	58.940	51.923

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	23.473	43.733	35.052
Benefícios	8.485	15.816	12.616
Encargos sociais	8.513	15.225	12.570
Treinamentos	33	54	65
Total	40.504	74.828	60.303

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	561	1.450	1.390
Aluguéis	4.455	8.586	7.503
Comunicação	811	1.639	1.934
Manutenção e conservação	1.872	3.590	2.930
Material de expediente	423	735	745
Processamento dados	2.382	4.418	2.100
Propaganda e publicidade	365	755	647
Promoções e relações públicas	3.798	6.897	3.989
Serviços do sistema financeiro	2.169	4.177	4.640
Assessoria e consultoria	186	348	155
Auditoria externa	38	38	39
Serviços jurídicos	82	94	163
Serviços de terceiros	1.178	2.028	1.755
Serviços de técnicos especializados	3.010	5.792	4.619
Serviços de vigilância e segurança	1.894	3.682	3.306
Serviços de transportes	627	1.167	1.570
Depreciação	2.850	5.479	5.035
Amortização (Rateio Confederação)	1.179	2.242	2.242
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.833	3.172	1.414
Emolumentos e taxas diversas	217	387	336
Ressarcimento tarifas	105	173	164
Seguros	100	174	143
Outras despesas administrativas	2.772	5.018	2.801
Total	32.907	62.041	49.620

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.781	3.120	1.414
Lucros na alienação de valores e bens	88	768	636
Recuperação de encargos e despesas	1.463	2.596	1.211
Reversão de provisões operacionais	760	970	746
Reversão de provisões impostos folha	1.639	2.347	1.899
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.086	1.971	2.230
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	308	376	214
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.031	2.047	2.093
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	261	429	236
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	753	1.504	219
Outras rendas operacionais	718	860	556
Total	9.888	16.988	11.454

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.841	2.843	2.607
Contribuições Cooperativistas	119	236	222
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	327	629	527
Contribuição Confederação Sicredi	8.346	14.968	12.394
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	816	1.563	1.240
Encargos da administração financeira	1	2	1
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	8	85
Provisões para garantias financeiras prestadas	2.021	2.997	1.762
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	59	116	240
Outras provisões operacionais	1.365	2.627	2.081
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.343	6.270	5.184
Risco operacional	1.371	2.286	1.013
Juros e comissões	56	101	127
Tarifa serviços folha pagamento servidores	5	9	7
Distribuição de produtos e serviços bancários	103	163	-
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.145	2.241	272
Outras despesas operacionais	1.084	2.077	1.615
Total	22.002	39.136	29.377

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	36.269	72.550	54.882
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	36.269	72.550	54.882

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	405.707	313.090
Total	405.707	313.090

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	363.049	274.398
Nível I (NI)	326.122	274.398
Capital principal - CP	326.122	274.398
Capital social	75.223	72.202
Reservas de capital	239.496	192.751
Sobras acumuladas	17.545	15.860
Ajustes Prudenciais	(6.142)	(6.415)
Nível II (NII)	36.927	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	36.927	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.344.741	1.813.080
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.223	11.053
Margem de Capital	114.628	82.036
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,48%	15,13%
Situação de Imobilização (Imob)	42.689	34.926
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,76%	12,73%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Fabio Junior Camera
Diretor Executivo
CPF: 025.334.169-83

Rodrigo Lazzarini
Diretor de Operações
CPF: 005.626.829-70

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20